

DESCONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DO PSL PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA:

PARA ESTUDANTES E EDUCADORXS DEMOCRÁTICXS

Fernando Bonadia de Oliveira
(fernandofilosofia@hotmail.com)

O PSDB abriu as portas para o PSL passar...

A reforma do ensino no Brasil, elaborada entre setembro de 2016 e fevereiro de 2017 pelo grupo do PSDB/SP, sob a capa do Partido Progressista de Mendonça Filho, e de Michel Temer, o chefe do MDB, abriu as portas para o PSL poder apresentar seus projetos para a educação.

1. Construir mais escolas militares com ensino integral
2. Reproduzir o modelo das escolas militares na rede pública
3. Estimular o ensino integral para liberar pais ao trabalho
4. Nas escolas de período regular, ampliar a carga diária e os dias letivos.
5. Valorizar o civismo, o amor à pátria e a ética com a volta das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Política Brasileira (OSPB)
6. Desestimular a formação de professores com viés político-doutrinário como o construtivismo de Paulo Freire e as ideias da escola unitária de Antonio Gramsci, que trata a educação como instrumento de transformação social.
7. Permitir que empresários usem parte de seus lucros para reformar e modernizar escolas em troca de abatimento de Imposto de Renda
8. Aval para que os investimentos em educação cresçam acima da média dos demais gastos (WIZIACK; FERNANDES; CARNEIRO, 2018).

Tais foram as propostas declaradas pelo PSL para a grande mídia. Ao oitavo ponto já se pode acrescentar mais um: a “educação a distância desde o Ensino Fundamental”, proposição enunciada pelo próprio candidato do PSL à presidência da República, em agosto deste ano (BRESCIANI, 2018).

Como não terminam nunca as idas e vindas de propostas para um eventual governo PSL, só poderemos saber o que afinal será a plataforma do partido para a educação no momento em que (se eleito) o Ministério da Educação for escalado oficialmente, pois na imprensa se vê o candidato desautorizando o vice, assim como acrescentando ao programa de governo tópicos para a área da educação que não estavam originalmente declarados.

O que sabemos, desde o início do Programa de Governo do PSL, é que “Segurança, Saúde e Educação” são “prioridades” (p. 10). Os ideais do projeto político defendido, até o final do Programa, baseiam-se na fraternidade. “Fraternidade é lutar por quem não pode se defender dos maus” (p. 80). O recurso ao elemento fraternal, como veremos, é enganoso e demagógico se tomado – como deve ser – em uma perspectiva histórica da educação brasileira. No entanto, ele parte de uma justificação aparentemente plausível ao eleitor: “educação e saúde” no Brasil estão, de fato, “à beira do colapso” (p. 12). Entre as “linhas de ação” dirigidas a solucionar o problema escolar e hospitalar estão a

“eficiência” na gestão, o “respeito” à vida humana e a busca de um “salto na qualidade”.

Já bem sedimentado pelo PSDB/SP (que foi o grande interventor do MEC durante o governo Temer), o discurso da eficiência se encontra aqui reafirmado; seu projeto-piloto foi – todos nós sabemos – o Estado de São Paulo com a Secretaria da Educação de Maria Helena Guimarães. A ideia de que a solução do problema da educação em nível nacional virá se gerenciarmos bem a escola é uma marca do neotecnicismo pedagógico (FREITAS, 1997) sustentado na teoria da educação como capital humano, a mesma teoria que alimentou a escola brasileira tecnicista inventada pelos militares. Atualmente, os reformadores empresariais da educação, todos ao lado do PSDB/SP e de seus interventores do MEC, deram a chave para a abertura da porta pela qual os ideais do PSL estão entrando. O discurso da “qualidade” ou da “qualidade total” em educação já havia sido dado pela reforma do ensino de Temer e, em contornos renovados, foi bem consolidado depois da interrupção da era PT.

As ideias de “ensino integral” e de “integração”, duas bandeiras das reformas mais conservadoras da educação brasileira, já foram concretizadas tanto recentemente na reforma Temer (Lei n. 13.415/2017) quanto muito tempo antes, na reforma escolar da ditadura civil-militar (Lei n. 5.692/1971) (OLIVEIRA, 2017, p. 22-23; 27). O ensino integral aparece em dois dos oito tópicos do resumo de programa do PSL: no primeiro, se volta apenas a escolas militares e, no segundo, se justifica por medida meramente assistencialista, e não pedagógica. O ensino integral não se encontra justificado pelo aprimoramento da qualidade do ensino e pela preparação para o trabalho, mas apenas para servir de depósito às crianças, de modo a permitir aos pais trabalharem. O PSL revela aqui, como em vários outros momentos, descuido com os aspectos pedagógicos da formação humana.

A lógica desse discurso é lacunar e sua lacuna esconde seu verdadeiro destino. A proposta de ensino integral para as crianças tem o objetivo de “liberar” os pais para o trabalho, pressupondo um aumento de jornada e, conseqüentemente, uma redução do tempo livre daqueles que atuam profissionalmente. O trabalhador requerido para “sanar a crise” precisa produzir mais e, ganhando o mesmo que ganha hoje, precisará de instituições públicas para abrigar as crianças. É aos empresários, portanto, que convém uma política de ensino integral voltada a abrir o tempo dos adultos para o trabalho, não aos pais da classe trabalhadora que precisam educar seus filhos. Como educadores, eles devem ter direito ao ensino integral na escola, mas não para abrirem mão da própria família.

O PSL investe menos do que o PSDB/MDB na correlação explícita entre educação e trabalho, embora a formação profissional das crianças brasileiras esteja sempre subterraneamente transitando no pensamento educacional do partido. O que salta aos olhos (nos termos do Programa publicado) é a perspectiva de moralização que se pretende engatar na reforma já assinada por Temer. A autorização para que “empresários usem parte de seus lucros para reformar e modernizar escolas em troca de abatimento de Imposto de Renda” favorece o interesse dos empresários (e dos empresários do ensino em especial), pois abate os impostos e ainda abre espaço para que eles mesmos remodelem e modernizem a escola conforme o compasso de seus interesses que são,

naturalmente, os da escola particular. “Modernização” é tomada aqui, para o bom entendedor, como sinônimo de “aparelhamento técnico” das escolas. Educação pública se torna, então, assunto de investimento empresarial privado. Outra vez emerge uma proposta de viés assistencialista nada apegada ao desenvolvimento pedagógico do cidadão, mas à formação técnica para o trabalho, promovendo o enriquecimento do empregador. O PSL repõe, em termos idênticos, a desobrigação do Estado para com a estrutura da escola pública, marca do regime militar de 1964 na educação (GERMANO, 1993, p. 195).

O projeto dos reformadores empresariais não era originalmente bem esse, afinal, seu pleno impulso e sua plena continuidade se dariam com um governo PSDB e com a privatização “crescente e eficiente” ao sabor das linhas “pedagógicas” do privatismo. O PSL pega a carona na reforma Temer e a acelera em três direções que, igualmente devedoras da abertura de portas do PSDB em sua rápida e destruidora passagem pelo MEC (2016-2018), nem sempre vão a favor da orientação pedagógica tucana, mas causam, sem dúvida, um dano muito maior do que o imaginado. As três direções são *militarização, moralização e doutrinação*; em uma só palavra: *autoritarismo*.

Crítica à militarização da educação

O PSL está atento à educação e, para demonstrar isso, tem sua posição: “No papel de consolidação nacional, devemos lembrar a participação das Forças Armadas no processo de atendimento da saúde e da educação da população, principalmente em áreas remotas do país” (p. 34). Trata-se de oferecer, em contraposição ao “Programa Mais Médicos” do PT na área da saúde, uma espécie de “Programa Mais Militares” no campo educacional e na saúde pública. Nota-se aqui uma atenção aos setores mais pobres do país, aos quais educação nacional não chega, mas “precisa chegar” nem que seja na forma da militarização.

Como não há informações precisas sobre como será definida a militarização aventada pelo PSL, somos levados a tomar os elementos geralmente tidos como fundadores de uma perspectiva militarizada da educação: a hierarquização, a disciplina e o respeito irrestrito às autoridades. A hierarquia define como estruturante, na tarefa formativa, a submissão ao superior, àquele que se apresenta como detentor absoluto do conhecimento. A insistência na criação de hábitos de disciplina não se traduz em exercício para a futura autonomia, como na vertente moderna e liberal da educação, mas na aprendizagem passiva da obediência. Segundo os partidários da extrema direita, a autoridade docente, recorrentemente ignorada por boa parte dos estudantes brasileiros, deve passar a ser o dogma maior do cotidiano escolar. Nessa lógica, as escolas regulares precisam ser militarizadas para que, enfim, o professor possa ser respeitado como professor e seus alunos aprendam, ainda que seja pela repressão.

O que há de novo nessa concepção de educação calcada na hierarquização e na submissão aos superiores? Nada, absolutamente nada. Para o PSL, o ideal é uma educação de cunho mais severo possível, como a dos jesuítas do século XVI:

Inácio de Loyola quis que seus discípulos fossem capazes de absoluta abnegação de si mesmos; da completa indiferença quanto ao exercício de qualquer ofício em que pudessem ser empregados pelos superiores; de humildade e submissão profunda,

para receberem cordialmente as correções, avisos e castigos, mesmo por defeitos inculpáveis; de castidade angélica, para poderem tratar com os pecadores, sem perigo de contaminação; de renúncia de todos os vínculos profanos; de inteiro desapego a bens deste mundo, não podendo possuir coisa alguma como própria, e, acima de tudo, de obediência perfeitíssima, para se deixarem governar pelos seus superiores, não se contentando com a execução material da obra prescrita, senão aspirando generosamente a identificarem a própria vontade com a dos que podem mandar e, o que é sublime, esforçando-se tanto quanto possível para chegarem à perfeição de sacrificar, não apenas a vontade, mas o próprio juízo, conformando-se racional e sobrenaturalmente com as ideias e juízos de quem ordena, uma vez que na figura do superior, não devem considerar o homem que determina, mas a própria pessoa do Redentor, a quem todos devem obedecer (FERNANDES, 1980, p. 28-29).

Repetidora de um jesuitismo colonial, adaptado ao padrão de militarização do século XXI, a educação pesselista é o retorno ao mais distante passado. Deseja do aluno a um só tempo a obediência e a dogmatização mais brutal à lei superior e, ao mesmo tempo, defende uma educação não doutrinária. Fonte das contradições mais perversas, não são as lacunas (os espaços em branco) do discurso militarista que evidenciam sua falácia diante dos eleitores de direita; os silêncios do discurso militarizado são justamente o fator que garante aos eleitores conservadores uma ideia de coerência. Como?

Em primeiro lugar, a defesa de uma militarização educacional se sustenta pela impressão – geralmente aceita – de que as crianças e os jovens de hoje precisam de limites, pois não respeitam a família, o Estado, ocupam escolas e fazem motins. Em segundo lugar, se baseia na tese (desnorteante) de que, pela opressão do oprimido, se desoprime a sociedade. A ação organizada dos estudantes é, para esse grupo social, sintoma de falta de obediência, não de desejo de autonomia e liberdade. Ao invés de preparar os alunos para a construção de suas próprias normas escolares e lhes permitir participar da atividade de reconfiguração de uma nova escola, sugere-se uma educação repressiva, calcada na batida de continência ao opressor, nesse caso, o “professor cão de guarda” (TRAGTENBERG, 2002, p. 177).

Segundo Theodor Adorno, que estudou profundamente o fenômeno do nazismo, os tipos que produziram a barbárie na Europa durante a Segunda Guerra estão relacionados a casos de uma educação severamente disciplinar na infância. Na concepção do autor, a produção destes tipos está associada ao ideal de severidade apreçoado pela educação tradicional. A defesa e a prática de uma educação severa geram uma instrução para a indiferença em relação à dor geral. O elogio de Boger (da polícia nazista) à educação baseada na força é uma clara representação disso: a disciplina do estudante faz com que ele, sendo severo consigo mesmo, torne-se severo também com os outros (ADORNO, 2000, p. 128). Aqui se encontra a fábrica do tipo ou caráter que Adorno definirá como “manipulador”. Em uma obra intitulada *A personalidade autoritária*, ele descreve, entre outros, o perfil do manipulador, que é – de todos os tipos – o mais perigoso. Ele se caracteriza pela formação de ideias rígidas que deixam de ser meios para obtenção de algo para se converterem em fins, exibindo uma quase completa incapacidade de travar “vínculos afetivos” (ADORNO, 1965, p. 715). É esse modelo de educação que pautará, doravante, o debate político da educação, caso o PSL seja eleito.

Crítica à moralização

O candidato ao Ministério da Educação, escolhido pelo candidato da direita, já anunciou que, uma vez empossado, buscará promover o retorno da disciplina de “Educação Moral e Cívica” (EMC) nas escolas; não só o retorno dela, mas também da “Organização Social e Política do Brasil” (OSPB). Embora saibamos que o governo federal depende sempre de diversas limitações (entre elas, a aprovação do Conselho Nacional de Educação) para fazer sua vontade prevalecer (SALDANHA, 2018), vale a pena esclarecer o que a EMC significa. Não sabemos, afinal, se o ordenamento jurídico será respeitado depois de encerradas as eleições, e isso torna o assunto ainda mais urgente.

A volta da Educação Moral e Cívica é festejada pelos mesmos agentes que têm defendido o “Programa Escola sem Partido”. Todos eles ganham o cenário midiático para enaltecer as qualidades da disciplina. Convém, então, lembrar qual era crítica que se fazia à EMC no tempo em que ela compunha o “programa escolar” brasileiro.

Em meados dos anos 70, escreveu “Anselmo dos Santos”:

Como a Educação Moral e Cívica é uma sistematização, no campo educacional, de toda uma ideologia nazifascista do atual sistema brasileiro, logicamente, em sua globalidade, ela entra em desacordo com as linhas básicas da educação humanista. A visão do homem e do mundo, presente nos programas oficiais da matéria é estática, conservadora, alienante e legitimadora de uma desordem estabelecida.

1) Estática porque não leva em conta todo o avanço no mundo de hoje no sentido de um pluralismo nas ideias, de uma diversidade de pensamento unida em torno do princípio de que o nosso mundo é cada vez mais socializado e cada vez mais aberto à tarefa humana da mudança. A Educação Moral e Cívica insiste, a todo o momento, em instituições, valores, objetivos nacionais permanentes. É estática também porque é a-temporal e anti-histórica. Fora do tempo, porque esquece, propositalmente, todo o processo de transformações dos nossos dias, sobretudo no âmbito dos valores sociais, culturais, políticos e religiosos. (...) Freia a história, limita e condiciona a-criticamente toda a potencialidade de consciência histórica dos estudantes brasileiros.

2) Conservadora porque não abre ao homem os caminhos concretos para sua tarefa fundamental de criar, re-criar, mudar a face da natureza e da sociedade do modo que mais atenda ao bem comum. O homem, na Educação Moral e Cívica, é um ser de adaptação: tem que se enquadrar numa determinada filosofia, deve servir a leis impostas, de que nunca tomou conhecimento na fase de elaboração. Se o homem não se adapta a este quadro de leis e normas oficiais, é imediatamente enquadrado na categoria dos “subversivos” e “agitadores”.

3) Alienante porque em vez de aproximar os educandos da realidade como ela é, já apresenta uma visão da realidade como convém ao regime vigente. Toda a insistência em projetar nos alunos conceitos deturpados de “pátria”, “nacionalismo”, “patriotismo” e outros, resulta do distanciamento cada vez maior de uma atividade crítica por parte dos jovens.

4) Legitimadora da desordem estabelecida porque a “ordem” ensinada é todo o aparato opressivo-repressivo que cresce a cada dia no Brasil para manter os privilégios da oligarquia, formada pelos ricos do campo e da cidade, pelos militares, todos eles submissos à política norte-americana e ocidental e às grandes empresas

multinacionais. (...) A Ordem é a passividade diante “do que vem de cima” e o silêncio medroso, o reino dos bajuladores e dos servís.

Segundo a fonte, Anselmo dos Santos foi um “ex-sargento condenado por participação de movimentos subversivos que culminaram com a revolução de 31 de março de 1964”. Seu nome teria sido usado por uma famosa pedagoga paulistana, a dita “verdadeira autora do texto” em suposta parceria com outra pessoa. A crítica foi encontrada nos porões do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, o DEOPS/SP. (O texto completo – registrado como BR_SPAPESP_DEOPSOS000076 – pode ser localizado e consultado por qualquer cidadão) Como se vê, em regimes autoritários, criticar a EMC é caso de polícia...

Crítica à doutrinação pesselista

A palavra *doutrina*, na vertente latina, se escreve *doctrina* e vem do verbo *docere*, que significa *ensinar*. Um sistema filosófico, científico, jurídico ou religioso pode ser chamado, por extensão, uma *doutrina*; assim também *doutrinar*, em regência múltipla, significa *ensinar* e, como verbo transitivo direto, quer dizer inculcar opinião sectária, introduzir tese que seja avessa a qualquer outra que se coloque em sentido contrário.

Evitar a doutrinação escolar é o lema dos defensores do já mencionado “Programa Escola sem Partido” (ESP) que ganhou parte expressiva da mídia e muita crítica acadêmica. O verdadeiro intuito do movimento “Escola sem partido” é produzir uma “escola sem conflito” e instaurar o consenso regido por professores e diretores que, cientes de sua missão de reproduzir a sociedade desigual em que vivemos, devem estar de joelhos para o senhor reitor, o diretor de escola e as autoridades legais. O professor do ESP é um mero funcionário dos pais de seus alunos (PENNA, 2017, p. 44-48) e, como dócil trabalhador, não deve estar engajado em sindicatos, partidos ou abordar assuntos religiosos.

O artigo 12, item 4, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), segundo o qual “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”, não favorece a causa do ESP como desejam seus adeptos. O artigo em pauta garante que os filhos recebam a educação moral e religiosa que respeite a moral e a religião dos pais, mas, principalmente, de *todos* os pais; seu intuito é garantir que *todos* os pais possam escolher a educação escolar que não contrarie seus valores, mas isso não lhes dá – em contrapartida – o direito de cercear, controlar ou manipular a formação política, científica e filosófica de seu filho. A liberdade docente de formar cultural e politicamente os educandos é condição para que todos aprendam a ter suas diferenças (partidárias, comportamentais, estéticas) respeitadas na forma devida.

O professor não é um funcionário do pai, não é o funcionário de um partido, não é um operador de máquinas. Ele é o trabalhador de uma escola, instituição na qual desempenha uma tarefa (democrática) ao propiciar a estudantes de todas as idades uma formação efetivamente humana, que os disponha a pensar múltiplas formas de intervenção social.

Há professores de esquerda e professores de direita, e não há neutralidade no ato de ensinar, qualquer que seja o partido. Os pedagogos brasileiros já

descobriram há tempos, graças àqueles educadores que o PSL gosta de rebaixar, como Paulo Freire, que educar é um ato político; ensinar química é ato político; ensinar uma prática esportiva é uma ação política. No entanto, o argumento da impossibilidade de neutralidade científica tem se voltado, em especial, contra os educadores de esquerda. “Com a desculpa de ser impossível neutralidade em ciência” – dizem as pessoas mais santas – esses educadores “doutrinam” de forma impiedosa os aprendizes. O ESP, de fato, não entendeu a diferença entre objetividade e neutralidade na ciência.

Como garantiu o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes em entrevista ao programa Vox Populi da TV Cultura, disponível facilmente na internet, foi Max Weber – um pensador que não se liga definitivamente à esquerda e que “nunca incomodou ninguém” – quem explicou que a ciência nunca é neutra, mas se bem realizada, pode ser objetiva, apresentando coerência entre seus princípios e suas conclusões, aclarando seus pressupostos e explicitando devidamente seus objetivos. A ciência não pode excluir de seus procedimentos os valores com os quais manipula seus objetos, mas deve ser feita e ensinada com a cautela de que os juízos morais particulares do mestre ou do cientista não se interponham de modo a distorcer sua prática.

Considerando todos os fatores, entre eles, a introdução da disciplina moral e o ímpeto do ESP, conclui-se que o projeto do PSL é eliminar a voz das esquerdas e, com ela, a luta das minorias. Longe de desejar a ausência doutrinação escolar, o PSL se propõe a instruir as crianças na régua da obediência servil e dócil ao sistema. Para isso é crucial que bloqueie, tanto quanto puder, o aprofundamento das ciências humanas.

Crítica à negação das Humanas

O PSDB também abriu caminho para o PSL ao incentivar, de maneira exaustiva, o *empreendedorismo em educação* e ao estimular um ambiente de negatividade social quanto ao estatuto do ensino das *ciências humanas*. O Programa do PSL não tem receio de afirmar que “em todos os países visitados” por seu candidato à presidência (países líderes em educação como Japão, Taiwan e Coréia do Sul), “há grande ênfase em cursos técnicos e carreiras de exatas” (p. 48).

Quanto ao empreendedorismo, o impulso dado a ele pelo psdebismo é antigo, pois data dos tempos do “Programa Amigos da Escola” impulsionado pela TV Globo, no final dos anos 90. Agora, entretanto, vem de forma mais reforçada e veemente. Os estudantes de hoje não sabem que muitas forças sociais e acadêmicas se levantaram, no começo deste século, para contrapor a lógica empresarialista da educação nos tempos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Contra a oposição de estudantes de Pedagogia e das ciências humanas em geral, o PSDB fez o trabalho sujo de criar as condições institucionais para projetos desse tipo, típicos do neoliberalismo costumeiro; o neoliberalismo conservador tecnicista, que agora aparece nas reivindicações do PSL, só precisa passar e instituir, por força militar e sob o lema do “empresarialismo acima de todos”, a domesticação tecnocrática mais vil e rude.

Segundo o programa do PSL,

As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, em produtos, negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro (p. 49).

A concepção principesca do PSDB para o empreendedorismo educacional com qualidade total, atualmente em marcha, se depender da vitória do PSL, será convertida no empreendedorismo mais pobre e pragmático possível. As palavras do programa de governo da direita não escondem: “todos os cursos” universitários serão responsáveis por ações de empreendedorismo, inclusive os de Humanas (podemos subentender).

Alcançaremos, em nível mais veloz, a justificação da pesquisa ligada ao IPEA, recentemente publicada (SACHSIDA; NIQUITO, 2018). Assinada por um dos assessores do PSL, conforme aponta Freitas (2018), o trabalho concluiu que a inserção de Filosofia e Sociologia prejudicou o “desempenho” dos estudantes brasileiros. Com o PSL no poder aumentará a rapidez com que se processa a desumanização da Universidade, toda voltada para o mercado de “enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, (...) produtos, negócios, riqueza e oportunidades”. A ênfase nas ciências humanas, conforme afirmava o IPEA dos tempos da ditadura civil-militar, prejudicam o incremento da mão de obra, emperram o desenvolvimento econômico e produz uma legião de bacharéis inúteis (SIMONSEN, 1969, p. 222). Agora, em 2018, na lente da direita, as Humanas parecem servir novamente à formação de uma massa improdutiva.

O PSL insiste na dicotomia entre Ciência Humana e Ciência Exata Aplicada e, por dicotomizar, toma o desenvolvimento de uma como impedimento para o desenvolvimento da outra. No final das contas, como o próprio assunto já permite concluir, a meta é evitar a ampliação do pensamento crítico dos estudantes, sua humanização e politização. Cientes de que o ensino de disciplinas de ciências humanas *pode sensibilizar* o estudante para as causas sociais (ou socialistas), o partido já as recusa de antemão. Não sabem – os “pedagogos” do PSL – que o ensino das Humanidades não se limita ao ensino de teorias socialistas, comunistas ou anarquistas. Ademais, desconhecem que o trabalho pedagógico sobre esses temas em sala de aula não é nunca consensualmente aceito pelos estudantes. Assim como quando se ensina o liberalismo ou o neoliberalismo, os educandos sempre colocam suas dúvidas, suspeitas e discordâncias, de modo a promover – caso o professor permita – um debate a respeito do assunto.

Se for verdade que professores politizados pelas esquerdas doutrinam suas crianças em sala de aula, isso se alinha muito mais a uma prática militarizada, na qual a exigência da disciplina severa e o rigor da obediência ao pensamento do professor imperam contra o livre pensar. Isso, porém, é projeto do PSL, não das Humanidades.

Sexualidade e gênero na pauta pedagógica

O PSL anuncia para a educação: “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE”.

A noção de *ideologia* perpassa todo o programa do PSL, mas nenhuma ocorrência do termo “ideologia de gênero” foi registrada. Embora apenas expressões como “ideologia de esquerda” e “ideologia de Paulo Freire” apareçam, sabe-se que as reivindicações de gênero são mal vistas pelo partido e seus seguidores, pois são tomadas como pensamento esquerdista que se coloca “contra os homens” sob o pretexto de ser uma luta por direitos iguais. O tema da sexualidade, contudo, consta no programa justamente na área do currículo escolar, afirmando a necessidade de “aumento” do ensino das três disciplinas que contabilizam nota na prova internacional dos estudantes, mas – em maiúsculas – “sem doutrinação e sexualização precoce”.

A doutrinação, segundo o discurso do PSL, parece competir aos professores de Humanas; já a sexualização precoce presume como protagonista o pedagogo, ou melhor, a pedagoga de esquerda que, militando pela igualdade de gênero, defende – insanamente – o “ensino de sexo” para crianças pequenas. Naturalmente, esse absurdo não está assim redigido no programa do partido, mas é facilmente localizado quando escutamos os discursos dos partidários em circulação.

É estranho constatar que o PSL nada sugira além de contrariar o esclarecimento sobre a nocividade da *homofobia na escola* e os prejuízos de uma *sexualização precoce*. Ao mesmo tempo, assusta-nos supor que – ao transpor a lógica militar para a escola – se leve também a herança preconceituosa do “crime de pederastia” instituído pelo código militar nos tempos da ditadura e só recentemente abalado.

Como, aliás, lidam os militares com as questões de gênero? Sabemos, pela mídia, que as Forças Armadas (o instrumento militar responsável pela defesa do Brasil) registram sistematicamente casos de assédio sexual, conforme indica a matéria publicada na imprensa. Em entrevista, o ex-sargento Fernando Alcântara, responsável pela única organização brasileira disposta a defender vítimas desse tipo de abuso, assegurou: “denúncias feitas por militares simplesmente não vão adiante”. Para ele, “o próprio Ministério Público Militar funciona como barreira para que o militar não possa dar prosseguimento a nada que coloque as Forças Armadas como vitrine para a sociedade” (COSTA, 2008).

Mesmo acreditando na potência das instituições democráticas, é possível associar as diversas informações sobre o programa do PSL e desenhar um cenário desastroso (caso a direita vença as eleições). Se o partido pretende “reproduzir o modelo das escolas militares na rede pública” e manifesta ódio às lutas por igualdade, as escolas podem se tornar espaços de silêncio e medo, nos quais a denúncia ao assédio e à violência passe a ser cada vez mais obstruída.

Um mar de contradições

É impossível estabelecer uma crítica ordenada ao programa do PSL para a educação, uma vez que as soluções oferecidas pelo partido não seguem uma fundamentação científica ou pedagógica. A tarefa de comentar pedagogicamente

tal programa é como a de um cientista (acostumado a questionar e a desconstruir argumentos) ao analisar atos de crença ou fé. Apesar disso, o núcleo político que emerge nas investidas pesselistas para a educação nos habilita a uma crítica objetiva: é uma constelação de contradições autoritárias.

De um lado, fala-se em “mudança da carga horária” e “em ensino integral”; de outro, fala-se em educação a distância desde o ensino fundamental. De início, defende-se o fim da doutrinação ética e política, mas, em seguida, defende-se a militarização, exemplo máximo de obediência à doutrina. Em certa perspectiva, reclama por mais verbas para a educação; controversamente, alega que o Estado brasileiro já gasta em educação como os “grandes países”, isto é, um volume exorbitante de dinheiro, mantendo os piores resultados (PSL, p. 42-43).

As contradições revelam que a orientação do partido no terreno da educação é agradar a todos: os que são contra as humanidades, mas querem crianças doutrinadas; os que são a favor da doutrinação militar das crianças, mas não querem vê-las sendo ensinadas por professores de esquerda; os que querem mais investimentos em educação, mas são contra o aumento de gastos do Estado; os que creem que a educação do passado seja a melhor, mas julgam ser necessário modernizá-la; os que acham válido formar crianças impecável e absolutamente respeitadas aos superiores, mas não querem que elas sejam submissas; desejam a disciplina, a doutrina, a obediência e até a liberdade, tudo ao mesmo tempo.

No âmago de todas essas contradições menores, esconde-se a maior: a defesa de uma concepção fraterna de educação para o Brasil, excluindo – como se fosse ameaça diabólica – o educador que historicamente mais se reconheceu como defensor de uma educação fraternal, amorosa e justa. Paulo Reglus Freire, um dos autores brasileiros mais lidos fora do Brasil, é associado pelo PSL ao construtivismo pedagógico (tendência que, nos moldes contemporâneos, aparecem ligadas a outros autores). Isso mesmo! O autor brasileiro que entrou para a bibliografia pedagógica mais importante do século XX com uma obra intitulada *Educação como pratica da liberdade* é, para o candidato da direita, o mais doutrinador dos doutrinadores. Tenhamos ou não diferenças teóricas com a obra de Freire, estimá-lo como adversário de uma educação fraterna (conhecendo suas ideias) é prova de demência extrema.

Embora seja débil, é compreensível o questionamento da escola unitária, afinal, o partido se coloca abertamente contra os estudos marxistas. Claro: os gramscianos (motivadores do marxismo cultural) se uniram às “oligarquias corruptas” a fim de “minar os valores da Nação e da família brasileira” (PSL, p. 8)... (Sem comentários) O mais inquietante é que Gramsci, ao ser atacado, é responsabilizado por promover uma educação voltada à “transformação social”, o que, em tese, seria de se esperar de um governo que prescreve a mudança. Na verdade, a escola do PSL precisa servir à reprodução do sistema capitalista em marcha no Brasil e acatar passivamente as determinações econômicas e sociais.

Nenhum fundamento ético se acha no plano do PSL, nem mesmo um conceito precário como o da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) do Ensino Médio do governo Temer, que afirma entender por “ética” o “juízo de apreciação da conduta humana, necessária para o viver em sociedade, e em cujas bases destacam-se as ideias de justiça, solidariedade e livre-arbítrio” (BRASIL, 2018, p. 547). A BNCC, conforme a promessa do PSL, vai ser reformulada (p. 46) e a

reformulação – se vier a acontecer – será para o pior. *No plano educacional*, assim como em outras dimensões aqui não analisadas, *o programa do PSL é a continuidade piorada do governo Temer e do PSBD que o carregou*.

As razões aqui expostas evidenciam que o ideal de gestão da educação pelo PSL se aproxima da autocracia. Com o intuito de conter os conflitos e as formas rebeldes que naturalmente emergem na democracia, o partido procura instituir o autoritarismo da forma mais violenta possível, repleta de ódio. *O educador que não votaria em Temer, não votará em Bolsonaro*. Como desabafou o poeta Arnaldo Antunes (2018), “ainda é tarde de menos para conter o ódio, o horror e o ódio, ainda dá”...

Estudantes e educadorxs democráticxs votam 13, em Haddad, não para estancar a luta, mas para poderem continuar lutando por uma sociedade mais igualitária e livre, mais justa e mais independente. Mais educada.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ANTUNES, Arnaldo. *Desabafo* [Manifesto contra Bolsonaro], 2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/o-poema-manifesto-de-arnaldo-antunes-contrabolsonaro>

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf

BRESCIANI, Eduardo. “Bolsonaro defende educação a distância desde ensino fundamental”, 07/08/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-educacao-distancia-desde-ensino-fundamental-22957843>

COSTA, Liana. Hierarquia, medo e silêncio: o assédio sexual nas Forças Armadas, 17/03/2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/hierarquia-medo-e-silencio-o-assedio-sexual-nas-forcas-armadas>

FERNANDES, Francisco. *Comunicação na pedagogia dos jesuítas na era colonial*. São Paulo: Loyola, 1980.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: construindo o conceito. *Ciência & Ensino*, n. 3, dez./1997, p. 16-19.

FREITAS, Luiz Carlos de. “Sachside, os gerais e Bolsonaro”, 12/10/2018. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/10/12/sachside-os-gerais-e-bolsonaro/>

GERMANO, José. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.

NIQUITO, Thais. & SACHSIDA, Adolfo. Efeitos da inserção das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio sobre o desempenho escolar. *Texto para discussão*. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2018.

OLIVEIRA, Fernando Bonadia de. Entre reformas: tecnicismo, neotecnicismo e educação no Brasil. *RETTA*, n. 16, jul./dez. 2017, p. 19-39.

PENNA, Fernando. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” Partido: a esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, 2017, p. 35-48.

PSL (PROGRAMA DE GOVERNO). *O caminho da prosperidade: constitucional, eficiente, fraterno*, 2018. Disponível em: http://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf

SALDANHA, Paulo. “Inclusão de disciplinas propostas por Bolsonaro depende do Conselho de Educação”, 25/09/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/inclusao-de-disciplinas-propostas-por-bolsonaro-depende-do-conselho-de-educacao.shtml>

SANTOS, Anselmo. *Educação Moral e Cívica e a escalada fascista no Brasil*, 1975/1976.

SIMONSEN, Mario Henrique. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro: APEC, 1969.

TRAGTENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica. *Verve*, n. 2, p. 175-184, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/download/4618/3208>

WIZIACK, Julio; FERNANDES, Talita; CARNEIRO, Mariana. “Bolsonaro quer resgatar educação moral e cívica no currículo das escolas”, 25/09/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-quer-resgatar-educacao-moral-e-civica-no-curriculo-das-escolas.shtm>